



REPÚBLICA
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Intervenção da Ministra da Justiça,
Rita Alarcão Júdice,
na apresentação do
Projeto IMPACT – *Improving National Victim Support*
Frameworks

Direção-Geral da Política de Justiça, Lisboa
21 de novembro de 2024



Exmos. Representantes da DG Reform, da Comissão Europeia,

Exmos. Representantes da Victim Support Europe,

Excelentíssimos convidados,

Minhas Senhoras e meus Senhores,

É para mim uma honra poder estar aqui hoje para testemunhar o arranque de um projeto tão relevante como o *IMPACT*, com o apoio da *DG REFORM*. Relevante pelo seu propósito, centrado nas vítimas de crimes, e por permitir materializar a cooperação entre três Estados-membros da União Europeia.

Três Estados-membros com contextos diferentes, mas que partilham o objetivo comum de fortalecer os sistemas nacionais de apoio às vítimas, garantindo que são adequados para promover toda a ajuda necessária à superação do sofrimento de quem passa por experiências, por demasiadas vezes, traumáticas.

Portugal, Estónia e Malta, cada um com as suas particularidades jurídicas, culturais e sociais, estão unidos no compromisso de construir um sistema de apoio às vítimas mais robusto e eficiente, potenciado pela troca de boas práticas. Este compromisso é apenas possível pelo apoio dado pela Comissão Europeia, ao reconhecer a importância de reformas estruturais.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Todos reconhecemos que, em qualquer sociedade, são imensas as dificuldades que as vítimas de crimes têm de enfrentar. Além dos efeitos imediatos de uma situação de violência ou de abuso, sejam físicos ou emocionais, já tão graves por si só, surgem, muitas vezes, barreiras adicionais: a dificuldade em encontrar informações claras sobre os seus direitos; as dúvidas sobre a forma de procurar apoio, seja por desconhecimento, vergonha

ou medo de reviver episódios marcantes; ou mesmo pela ideia da inacessibilidade da Justiça.

É por isso que projetos como o IMPACT são tão necessários: projetos que pela sua ação estratégica, sensível e inovadora, procuram identificar as dificuldades e gizar as respostas, promovendo a criação de um ambiente mais inclusivo e eficaz na proteção e apoio às vítimas de crimes.

A proteção das vítimas de crimes não é exatamente uma área temática do direito, nem um mero ponto de ação governativa.

A proteção das vítimas de crimes é a base de uma sociedade mais justa, humana e solidária, que se compromete com a defesa dos direitos e da dignidade das vítimas e com a construção de um sistema de justiça mais eficiente e sensível.

A proteção das vítimas de crimes não se resume, por isso, a anúncios. Sei que hoje estamos a fazê-lo, mas este projeto não se resume ao dia de hoje.

Como tenho afirmado desde que assumi funções como Ministra da Justiça, esta equipa ministerial é movida pelo compromisso e pela concretização. Anunciamos, trabalhamos e conseguimos, e o ritmo não pode ser outro que não este.

Mais ainda quando falamos de vítimas. Que não são números, ou meros dados ou estatísticas. Falamos de vítimas enquanto pessoas reais, que travam lutas pessoais por vezes hercúleas e que em tantas ocasiões enfrentam perdas irreparáveis. Olhamos para pessoas e não para meros indicadores - as pessoas vítimas de crime precisam de ter voz e precisam de ser ouvidas.

Dar voz às vítimas é um objetivo que não pode ser desligado de um princípio estruturante do ordenamento jurídico, que é o princípio da confiança na Justiça.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

A confiança que os cidadãos mantêm na Justiça também depende do apoio que o Estado prestar às vítimas de crime, independentemente da sua localização geográfica ou da tipologia de crime em causa.

Acreditamos que há uma correlação entre a confiança dos cidadãos na Justiça e no Estado de Direito e a proteção das vítimas.

Só quando garantimos segurança e dignidade às vítimas, podemos assegurar a integridade e completude do sistema jurisdicional e, assim, a confiança nas instituições democráticas.

Sem confiança na Justiça,

- o papel das instituições é questionado e
- a coesão social enfraquece.

Dir-me-ão que haverá sempre aspetos que podem levar um cidadão à desconfiança no sistema. Mas se o sistema for eficiente, acessível, transparente e, sobretudo, comprometido com a proteção dos direitos de todos os cidadãos, o edifício da Justiça resistirá melhor a qualquer abalo.

De que falamos, então?

Falamos, por exemplo, na possibilidade de as vítimas acederem aos serviços de apoio de uma forma simples, eficaz e humanizada, seja apoio psicológico, orientação jurídica ou assistência social.

O Projeto IMPACT visa responder a estas necessidades, para dar voz às vítimas.

Sabemos que há várias formas de dar voz às vítimas, envolvendo diferentes áreas governativas. Do lado da Justiça, e a partir de uma parceria que envolve a Procuradoria-Geral da República, mas também organizações não governamentais, algumas das quais aqui presentes, existem já modelos de governança no acesso à Justiça que visam, precisamente, dar voz à vítima no acesso ao direito e ao sistema de Justiça.

Refiro-me, concretamente, aos gabinetes de apoio à vítima, sendo de notar que existem no momento presente 10 espalhados pelo país, estando já a ser preparada a abertura de mais dois, previsivelmente no início de 2025. E este é um exemplo de como devemos facilitar o acesso das vítimas à justiça, de forma segura e informada.

Mas também estamos todos conscientes de que para dar voz às vítimas também é necessário qualificar e capacitar as autoridades policiais e os profissionais da Justiça, tornando-os cada vez mais preparados e empáticos.

Estes profissionais são o primeiro contacto, o primeiro rosto de uma arquitetura jurídica que se quer justa, eficiente, mas também acolhedora para as vítimas de crime. Uma arquitetura jurídica que identifica e previne potenciais episódios de dupla vitimização.

Mas não haja dúvidas - o nosso melhor aliado é a sociedade. A colaboração com organizações da sociedade civil é prova do reconhecimento do seu crucial papel de proximidade e de sensibilização para a Justiça e para a proteção das vítimas.

Projetos como o IMPACT são, por isso, um passo fundamental para fortalecer o apoio às vítimas. Este Projeto é uma oportunidade de resposta às necessidades atuais, mas também de construção e de projeção de um futuro onde a promoção dos direitos das vítimas é uma prioridade nacional e uma responsabilidade verdadeiramente coletiva.

Como Ministra da Justiça olho para o Projeto IMPACT com grande expectativa. Estou certa de que os resultados vão ter impacto.

Muito obrigada.

***Só faz fé a versão efetivamente dita.**